

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/7713</b>	<b>11749/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Rua Luis António Correia, n.º 37, União das Freguesias de Nogueiró e Tenões</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

**Processo:** 37125/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

**Assunto do Processo:** Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Apreciação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/7438 de 5 de Março de 2026.

**RESOLUÇÃO**

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**À reunião do executivo para deliberação no âmbito do artigo 33.º da Lei n.º 65/2013, de 12/09, na sua atual redação**

**Despachos**

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**PROCESSO:** 37125/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-32 e 2026-E-RE-1332

**REQUERENTE:** R3+C NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, LDA – NIF:516538462

**LOCAL DA OBRA:** RUA LUIS ANTÓNIO CORREIA, N.º 37, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES

**ASSUNTO:** LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA

19/02/2026

## **1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL**

- 1.1. A requerente, através dos requerimentos registados com o n.º 2026-E-RE-32 e 2026-E-RE-1332, e 2026-E-RE-2960, realiza uma junção de elementos que visa dar resposta ao teor da informação comunicada através do despacho registado com o n.º 2026-0854, de 16/01/2026, relativos à obra de demolição e construção de raiz de edifício para habitação coletiva, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua Luis António Correia, n.º 37, União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 2/19850426, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1737-P.

### **ANTECEDENTES**

- Processo n.º 3551/2024 (GESTIONA) requerido por R3+C Negócios Imobiliários Lda. – Informação prévia favorável, tendo sido emitida a resposta ao pedido de informação prévia de obras de edificação n.º 2025-0026, de 15/07/2025, com os seguintes dados:

- Uso – Habitação Coletiva;
- Área total de construção – 2224,60 m<sup>2</sup>;
- Área de implantação – 688,80 m<sup>2</sup>;
- Volumetria – 6673,80 m<sup>3</sup>;
- Quatro pisos acima da cota da soleira;
- Um piso abaixo da cota da soleira;
- 21 Fogos: 18 habitações tipo T1 e 3 habitações tipo T2;
- Altura da fachada – 13,50 m

## **2. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:**

- 2.1. De acordo com a informação técnica n.º 2026-3618, de 6 de fevereiro emitida pela DPU. O presente pedido de licenciamento de obras de edificação encontra-se corretamente instruído.

## **3. PROCEDIMENTO APLICÁVEL**

- 3.1. A presente operação urbanística tem enquadramento no n.º 2 do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação - licenciamento.



**4. ANÁLISE DA PROPOSTA**

- 4.1. Analisado o projeto apresentado verifica-se que foram observados os pressupostos da informação prévia, no que diz respeito à implantação e à configuração do edifício nos demais pisos.
- 4.2. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia;
- 4.3. Foi apresentado plano de acessibilidades com termo de responsabilidade. Quando o plano de acessibilidades seja acompanhado por termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado do cumprimento do disposto no DL 163/2006, de 8 de agosto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, fica dispensada a sua apreciação prévia pela câmara municipal.
- 4.4. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

**5. PROPOSTA DE DECISÃO:**

- 5.1. O projeto de arquitetura está em condições de ser aprovado.
- 5.2. Deverão ser apresentados os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**

